



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO Nº 218/2023

MUNICÍPIO DE CANGUÇU, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no **CNPJ/MF sob o nº.88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr.Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Marcus Vinícius Muller Pegoraro**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, nº 405, na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **ALESSANDRA MADRUGA ROCHA**, estabelecida na **EST Corredor do Sacramento**, S/N, CEP 96.160-000, na cidade de Capão do Leão/RS, inscrito no **CNPJ sob o nº. 50.112.909/0001-00**, por sua representante legal, Sra. Alessandra Madruga Rocha, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a contratação do serviço de acolhimento para pessoa com deficiência, conforme decisão judicial do processo de interdição nº 5000337-10.2023.8.21.0042, tendo por base o artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, em acordo com a **Dispensa de Licitação por justificativa, nº 446/2023**.

Parágrafo Primeiro - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- b) O Edital da Licitação;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O valor mensal do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 1.780,00 (mil setecentos e oitenta reais)**, totalizando **R\$ 7.120,00 (sete mil, cento e vinte reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento, decorrente da prestação do serviço de acolhimento, deverá ser efetuado mensalmente, em até 15 dias, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 141, combinado com o art. 140 da Lei nº 14.133/21. Em caso de desabrigo do acolhido, ou falecimento do mesmo, será pago proporcional aos dias de serviços prestados no mês, não cabendo nenhuma indenização à entidade.

Parágrafo Primeiro – Havendo a concessão de benefício para o jovem, será utilizado 70% do mesmo para custear as despesas com o acolhimento.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As 2 regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos dos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habilitação, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

A prestadora do serviço de acolhimento ainda deverá:

- a) Administrar medicação: Caso a pessoa com deficiência necessite de medicação prescrita por profissional de saúde, a instituição de acolhimento deve ser capaz de administrar corretamente os medicamentos, seguindo rigorosamente as prescrições médicas e garantindo a segurança do tutelado.
- b) Ofertar Alimentação: É responsabilidade da instituição de acolhimento garantir que a pessoa com deficiência receba no mínimo 4 refeições diárias, adequadas ao seu estado de saúde e às suas necessidades nutricionais. A oferta de uma alimentação balanceada e saudável é essencial para a manutenção do bem-estar físico e emocional do tutelado.
- c) Ofertar acomodação: A instituição de acolhimento deve fornecer condições adequadas de alojamento, com cama e banho, de forma a garantir o conforto e a dignidade da pessoa com deficiência acolhida.

Marcus Vinícius Muller Pegoraro





MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Parágrafo Primeiro – Verificada a não conformidade de algum do objeto, a empresa contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo – A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, constando nela, também, o número do processo, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta-corrente da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar a entrega do objeto da contratação na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato.
- d) obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 1 ano, a contar da data de elaboração, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, às seguintes penalidades, garantido sempre o prévio direito de ampla defesa:

Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para o atendimento das consultas ou dos serviços previstos no contrato, caracterizando inexecução parcial.

Multa, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da mensalidade, no caso de reincidência em infração.

Impedimento do direito de contratar com o **PODER EXECUTIVO**, pelo prazo de até 1 (um) ano, na hipótese de reiterado descumprimento das obrigações contratuais.

Declaração de inidoneidade, para contratar com o **PODER EXECUTIVO**, na hipótese de recusar-se à prestação dos serviços contratados, fora das hipóteses legais e contratualmente previstas, pelo prazo de 3 (três) anos.

No caso de imposição de multa, o respectivo valor será deduzido dos créditos da **CONTRATADA** na data em que o **PODER EXECUTIVO** pagar o valor mensal.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos nos incisos do artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da **Dispensa de Licitação por justificativa nº 446/2023**, a qual é parte integrante deste contrato, bem como, a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária correrá a conta da dotação:

Unidade orçamentária: 11.01

Projeto atividade: 2.352

Elemento de despesa: 3.3.90.39.99.15.00

Ficha: 4439

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FISCAL DO CONTRATO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva **Ana Helisa Ancelmo Garcia**, cargo: Assistente Social, matrícula: 503118.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu, 31 de agosto de 2023.

**MARCUS VINÍCIUS MULLER PEGORARO
CONTRATANTE**


**ALESSANDRA MADRUGA ROCHA
CONTRATADA**

**ALESSANDRA ROCHA
SÍTIO RENASCER
CNPJ: 50.112.909/0001-00**

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		
NOME ALESSANDRA MADRUGA ROCHA		
FILIAÇÃO VALDIR MELLO ROCHA		
SANDRA MADRUGA ROCHA		
DATA NASCIMENTO 25/09/1982	ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP	FATOR RH B+
NATURALIDADE PELOTAS RS		
ASSINATURA DO TITULAR 		
CARTEIRA DE IDENTIDADE		

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983		
CPF 013.451.210-32	DNI	DATA DE EXPEDIÇÃO 27/09/2019
REGISTRO GERAL 1062220072		
REGISTRO CIVIL		
C CAS CAPÃO DO LEÃO RS AV DIVÓRCIO		
MATRÍCULA: 097089 01 55 1999 2 00006 108 0001803 90		
OBSERVAÇÃO		
T. ELEITOR 77502310400	CTPS 7446001	SÉRIE UF 0030 RS
NIS/PIS/PASEP 12680250690	IDENTIDADE PROFISSIONAL	
CERT. MILITAR		
CNH	CNS	
152081	ASSINATURA DO DIRETOR  Katia Rosane Reolon Bittencourt	POLEGAR DIREITO 
2 VIA		
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D172-7FC8-DE02-DC62

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 04/09/2023 11:05:49 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 06/09/2023 08:22:20
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/D172-7FC8-DE02-DC62>